

Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.

IPBES: Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services

Introdução

Este relatório tem como ponto de partida o site da nova plataforma internacional sobre biodiversidade que está sendo estruturada, a *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES). Indico algumas conexões com empresas e institutos de pesquisa, nacionais e internacionais, a partir do quadro administrativo e de especialistas da plataforma. Acompanhei alguns dos encontros da plataforma que ocorreram no mês de setembro em São Paulo, assim como os documentos que possibilitam analisar a articulação entre a plataforma com conhecimentos indígenas e locais

Objetivos do IPBES

O IPBES tem por objetivo organizar o conhecimento sobre biodiversidade para subsidiar decisões políticas em âmbito mundial. Sua criação foi ratificada durante a COP10, da biodiversidade, em Nagoya. Segundo o site da IBPES, os que tomam decisões precisam de credibilidade científica e informação independente, que levem em consideração as relações entre biodiversidade, serviços ecossistêmicos e populações. Faz-se necessários métodos efetivos que interpretem as informações científicas, para tomadas de decisões mais bem fundamentadas. Ao mesmo tempo, a comunidade científica também precisa saber das necessidades dos tomadores de decisões para provê-los com informações relevantes. O diálogo entre a comunidade científica, governos e outros *stakeholders* em biodiversidades e serviços ecossistêmicos precisa ser fortalecido.

Assim, uma nova plataforma, aberta a todos os membros das Nações Unidas, foi estabelecida: *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. A IPBES possui um mecanismo reconhecido, tanto pela comunidade científica, quanto pela comunidade política internacional, para sintetizar, acessar e

criticar informações relevantes geradas por governos, academia, organizações científicas, organizações não governamentais e até comunidades indígenas.

Já foram realizadas duas plenárias, a primeira aconteceu em Bonn, na Alemanha, de 21 a 26 de janeiro de 2013 e foi organizada pelo Governo da Alemanha. A segunda ocorreu em Antalya, na Turquia, de 9 a 14 de dezembro de 2013 e foi organizada pelo Governo da Turquia. A terceira plenária será realizada novamente em Bonn, na Alemanha, de 12 a 15 de janeiro de 2015¹.

Na reunião de Antalya, na Turquia, foi aprovado um orçamento de US\$ 43,5 milhões para financiar as atividades do grupo até 2018. Nessa mesma reunião a ecologista francesa Anne Larigauderie, diretora científica do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), foi anunciada como Secretária Executiva da IPBES. Também foi aprovado o marco conceitual² da plataforma que “fornecerá a referencia teórica para o trabalho a ser desenvolvido pelos especialistas nos próximos anos”³. O marco foi produzido pelo Painel Multidisciplinar de Especialistas do IPBES. Carlos Joly, coordenador do programa BIOTA-FAPESP e Mark Lonsdale, chefe de Serviços Ecossistêmicos da Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO), da Austrália, foram eleitos diretores do Painel Multidisciplinar de Especialistas do IPBES (MEP). Segundo Joly, um dos principais objetivos do MEP é a “integração do conhecimento científico com outros sistemas de conhecimento, especialmente o de comunidades indígenas e locais”⁴.

Entre os membros do bureau, está o brasileiro Adalberto Luis Val, Doutor em Biologia Aquática pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Diretor geral do mesmo instituto⁵. Luis Val é também ex-Presidente da Comissão

¹ Os documentos relativos à reunião encontram-se no site para consulta. Disponível em: www.ipbes.net/plenary/ipbes-3.html (acesso em 10/12/2014).

² Disponível em: http://www.ipbes.net/images/documents/plenary/second/working/2_4/IPBES_2_4_ES.pdf (acesso em 10/12/2014).

³ Disponível em: http://agencia.fapesp.br/ipbes_aprova_plano_de_trabalho_e_orcamento_para_os_proximos_5_anos/18410/ (acesso em 12/12/14).

⁴ Disponível em: http://agencia.fapesp.br/carlos_joly_e_eleito_para_direcao_de_painel_do_ipbes/17398/ (acesso em 11/12/14).

⁵ O INPA foi criado em 1952 e implementado em 1954, está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. “Ao longo dos anos, vem realizando estudos científicos do meio físico e das condições de

Nacional de Programas de Pós-Graduação em Biologia e Coordenador Geral da ADAPTA – Adaptações da Biota Aquática da Amazônia, um projeto de pesquisa vinculado ao INPA⁶.

A plataforma contém um programa de trabalho dividido em quatro objetivos principais: 1) fortalecer as bases de capacidade e conhecimento da interface ciência-política para implementar funções-chaves da plataforma; 2) fortalecer a interface ciência-política sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos em – e através de – níveis sub regionais, regionais e globais; 3) fortalecer a interface ciência-política sobre biodiversidade e serviços ambientais no que diz respeito a questões temáticas e metodológicas; 4) comunicar e avaliar as atividades, os resultados e as conclusões.

No interior do objetivo 1, há o item D: “procedimentos, abordagens e processos participativos para trabalhar com sistemas de conhecimento indígenas e locais”⁷. A IBPES tem por objetivo promover o engajamento de detentores de conhecimentos indígenas e locais na construção da plataforma. Para isso formou-se

vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento sócio-econômico regional”. Além de sua sede na área urbana de Manaus, o INPA possui outros três núcleos de pesquisa sediados no Acre, Roraima e Rondônia. O INPA tem o desafio de “expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia”⁵. O INPA tem em sua sede uma área de 379.864, 41m², três reservas florestais e duas biológicas, quatro estações experimentais, duas bases flutuantes de pesquisa, um laboratório flutuante e um barco de pesquisa. Segundo site do instituto, ele foi criado para “realizar o estudo científico no meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. Sua missão é gerar e disseminar conhecimento e tecnologia, e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: www.inpa.gov.br/sobre/missao2.php (acesso em 06/10/2014).

⁶ Segundo texto de apresentação do ADAPTA, existem convergências adaptativas e variações naturais entre diferentes grupos de espécies amazônicas. “Esses mecanismos adaptativos são extremamente úteis para estabelecer ações para conservação ambiental, para subsidiar processos decisórios acerca de intervenções ambientais e produzir produtos e processos para a melhoria da qualidade de vida do homem da Amazônia”. Ainda segundo texto no site, a linha de pesquisa “interações organismo-ambiente” analisará “porque e como diferentes grupos animais e vegetais conseguem sobreviver a extremos ambientes similares e, da mesma forma, como os que não conseguem, percebem as mudanças e emigram”⁶. A ADAPTA pretende buscar “um novo momento, o passo seguinte, no estudo das adaptações de organismos aquáticos da Amazônia, por meio da incorporação de novos equipamentos, da estruturação de um serviço de bioinformática, da capacitação de pessoal em todos os níveis, desde a iniciação científica até o pós-doutorado, da formação de técnicos para pesquisa científica e para o setor produtivo, da montagem de um robusto banco de dados biológicos, ambientais e moleculares, da dupla divulgação dos resultados (decodificados para o público em geral e em periódicos de grande circulação), de oficinas com potenciais usuários dos resultados, da produção de livros paradidáticos e da estruturação de um site na internet com podcast e filmes. A colaboração existente entre os grupos brasileiros e a ampliação da colaboração com grupos de alto nível de instituições estrangeiras permitirá a adoção de um novo referencial, particularmente para os estudantes que queremos ver fixados definitivamente na Amazônia num futuro próximo. Disponível em: www.adapta.inpa.gov.br (acesso em 07/10/2014).

⁷ Disponível em: www.ipbes.net/work-programme/objective-1/45-work-programme/453-deliverable-1c.html (acesso em 01/10/2014).

uma força-tarefa para desenvolver uma lista e uma rede com peritos; oficinas e diálogos globais com especialistas sobre conhecimento indígenas e locais; procedimentos e abordagens para trabalhar com sistemas de conhecimento indígenas e locais, além de estabelecer um mecanismo participativo para sistemas desses conhecimentos na plataforma. Nesse sentido, serão preparados documentos de trabalhos e documentos de informações até a realização da IPBES 3, em janeiro de 2015, na cidade de Bonn, na Alemanha.

Essa força tarefa é composto por especialistas, que compõem o quadro de membros de especialistas multidisciplinares do painel (MEP), por especialistas selecionados especificamente para esse trabalho e por membros do bureau do painel. Entre os do MEP estão o guatemalteco Edgar Selvin Pérez, vice presidente da Fundação “Junej Tínampara o Desenvolvimento Rural da Guatemala”⁸.

Também faz parte da força-tarefa Philip Lyver, professor da Faculdade de Geografia, Ciências da Terra e Meio Ambiente (SGESE), Faculdade de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente da Universidade do Pacífico Sul de Fiji ecologista e líder de programa da “landcare Research – Manaaki Whenua” da Nova Zelândia. Randolph R. Thaiman⁹.

Entre os especialistas selecionados também está a antropóloga brasileira Manuela Carneiro da Cunha: livre docente pela Universidade de São Paulo, é formada em matemática pura pela *Faculte de Sciences* e fez uma especialização em antropologia na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, sob orientação de Claude Lévi-Strauss, onde teve contato com a etnologia indígena.

A força-tarefa sobre conhecimentos indígenas e locais elaborará procedimentos, enfoques e processos participativos para trabalhar com esses sistemas

⁸ Em janeiro de 2014, a fundação Junej T'inam, junto com outras instituições ofereceu o curso “análises de sistemas sócioecológicos: ferramentas para a resiliência comunitária”. Segundo Perez, “o meio rural é o cenário de grandes projetos com poucos benefícios para as comunidades locais, faz se assim a necessidade da consulta e o consentimento dos povos indígenas e outras comunidades. Disponível em: www.iac.wetlands.org/Noticias/tabid/999/ID/2640/Curso-en-resiliencia-comunitari-tendra-aplicacion-direct-en-el-Corredor-Seco-de-Guatemala.aspx (acesso em 03/10/2014).

⁹ A LandCare- Research é uma empresa independente, mas de propriedade do Governo da Nova Zelândia, com o objetivo principal de impulsionar a inovação na gestão dos recursos da biodiversidade. Tem como um dos propósitos aumentar a capacidade industrial para desenvolver o mercado dentro dos limites ambientais e das exigências das comunidades. Seu nome em Maori “Manaaki whenua – Manaaki tangata”, significa cuidar da terra e cuidados para/com o povo. O ambiente está intimamente ligado ao bem-estar econômico, social e cultural. Disponível em: www.landcareresearch.co.nz/about/about-landcare (acesso em 02/10/2014).

de conhecimentos. Na terceira plenária serão apresentadas diretrizes preliminares e os resultados serão examinados pelo plenário no quarto período de sessões.

Os membros da força-tarefa voltado a promoção e capacitação profissional e institucional “necessária para atender as demandas da organização” se reuniram em São Paulo entre 15 e 16 de setembro de 2014. Junto com acadêmicos, representantes do setor privado, de organizações não governamentais, de programas ambientais da ONU e outras instituições multilaterais, discutiram estratégias “que permitem levantar os recursos técnicos e financeiros necessários”¹⁰. Segundo Ivar Baste, membro da diretoria da IPBES e co-cordenador da força-tarefa de capacitação, o encontro teve como objetivo tornar o processo de *capacity building* mais sustentável: “queremos levantar lições aprendidas com experiências anteriores, entender como podemos nos conectar com iniciativas de capacitação já existentes e como podemos comunicar, de maneira mais eficaz, a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para o desenvolvimento sustentável e o avanço do bem-estar humano”¹¹.

As discussões também visaram fornecer propostas para aprovação do plenário em 2015. Entre as iniciativas propostas está a criação de uma *matchmaking facility*, “ou seja, uma ferramenta que permita reunir em um mesmo contexto as demandas por capacitação dos diversos parceiros e as ofertas de apoio feitas por instituições e indivíduos”¹².

Um dos representantes do setor privado foi Luiz Eugênio Mello, diretor do Instituto Tecnológico Vale. Segundo ele:

A Vale é uma empresa que está presente em 30 dos 119 países membros do IPBES e tem interesse concreto de olhar para a biodiversidade em praticamente todos eles. Também dispõe de recursos valiosíssimos: mantém, por exemplo, uma reserva natural em Linhares (ES), que é a maior área contígua de floresta de baixa altitude remanescente na Mata Atlântica. Opera também a maior mina de ferro do mundo, onde mantém a Floresta Nacional de Carajás (PA). Ambos são locais ideais para a realização de inventários para o treinamento de pessoas¹³.

¹⁰ Disponível em: http://agencia.fapesp.br/painel_intergovernamental_discute_capacitacao_para_pesquisas_em_biodiversidade/19840/ (acesso em 09/12/2014).

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

Em evento aberto ao público realizado dia 17 de setembro na sede da FAPESP em São Paulo, foi apresentado um panorama do programa de trabalho da plataforma para o período entre 2014 e 2018. Celso Lafer, Presidente da Fapesp abriu o encontro. Em sua fala destacou a contribuição da FAPESP para o painel e para outros processos decisórios, através do Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA –FAPESP)¹⁴, do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e o Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG). Segundo Lafer,

É indispensável a relação entre ciência e o processo decisório, sobretudo na área ambiental. Tendo participado como ministro [das relações exteriores] da Rio 92 e da Rio+10, sempre tive muito cuidado e atenção em relação a esses aspectos e é por isso que tenho muito orgulho dos três grandes programas que a FAPESP apoia e sustenta¹⁵.

Marco Conceitual

Segundo o documento o Marco Conceitual será “um terreno comum básico, geral e inclusivo (...)” entre os diferentes sistemas de conhecimento reconhecidos pela plataforma: o científico, o de comunidades locais e indígena, para que se possa alcançar o objetivo principal da plataforma: “fortalecer a interface científico-normativo entre a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, o bem-estar dos seres humanos a longo prazo e o desenvolvimento sustentável”¹⁶.

O documento propõem uma paridade entre os diferentes sistemas de conhecimento. Enquanto para alguns o objetivo é *qualidade de vida / bem-estar*, para outros procura-se *viver em harmonia com a mãe terra*. Esse ponto é constantemente salientado pelo os que compõem o quadro. Segundo Joly,

¹⁴ Coordenado por Carlos Alfredo Joly que também é membro do Painel Multidisciplinar de Especialistas do IBPES.

¹⁵ Disponível em: http://agencia.fapesp.br/painel_intergovernamental_discute_capacitacao_para_pesquisas_em_biodiversidade/19840/ (acesso em 09/12/2014).

¹⁶ Disponível em: http://www.ipbes.net/images/documents/plenary/second/working/2_4/IPBES_2_4_ES.pdf (acesso em 10/12/2014).

É um marco inovador e muito moderno pois foi escrito em três diferentes linguagens: a linguagem científica consolidada (usando termos como 'biodiversidade', 'ecossistemas' e 'evolução'), a linguagem dos povos tradicionais andinos ('mãe terra', 'sistemas de vida' e 'vivendo em harmonia com a mãe terra') e linguagem transcultural consolidada na interface entre ciência e política dos acordos internacionais (com termos como 'qualidade de vida' e 'benefícios da natureza para as pessoas').¹⁷

Na figura 1 do documento (marco conceitual analítico), vê-se um diagrama composto por seis quadros. Cada quadro contém elementos similares nos diferentes sistemas de conhecimento inter-relacionados. O quadro central de baixo, tem o título de *Natureza*. Nele estão o conceito científico *diversidade biológica e ecossistemas* e o conceito *mãe terra e sistemas de vida*. O quadro central de cima tem o título *Boa qualidade de vida*. O conceito científico é *bem estar dos seres humanos* e os outros conceitos são *viver em harmonia com a natureza, viver em equilíbrio e harmonia com a mãe-terra*. Do quadro de baixo sai uma flecha que conecta com um dos quadros intermediários, o *Benefícios da natureza para as pessoas*: seu conceito científico é *bens e serviços ecossistêmicos* e seu paralelo de outro sistema é *oferendas da natureza*. Desse quadro sai outra flecha conectando com o quadro *Boa qualidade de vida*. Conectando *Benefícios da natureza para as pessoas* com *Boa qualidade de vida* está o quadro *Ativos antropogênicos*, que diz respeito aos saberes constituídos – indígena, local, científico... – as tecnologias e ativos financeiros. Entre *Benefício da natureza* e *ativos antropogênicos* encontra-se as instituições, *governança* e outros *estimuladores indiretos* sociopolíticos, econômicos, tecnológicos e culturais. Esses estimuladores são considerados exógenos aos ecossistemas em questão, por isso indiretos. São estimuladores governáveis, mas que afetam de forma indireta os ecossistemas. Desse quadro sai uma flecha que o conecta com os *estimuladores diretos*, tanto naturais quanto humanos (contaminação, transformação da habitat, plantações, mudanças climáticas).

Expressa-se uma dicotomia entre natureza e sociedade colocadas em pontos opostos. Entre esses pontos encontra-se os *benefícios dos serviços ecossistêmicos*. O sistema de conhecimento indígena aparece nesses três pontos e há menção aos conhecimentos indígenas no campo dos *ativos antropogênicos*. Segundo dicionário

¹⁷ Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/ipbes aprova plano de trabalho e orcamento para os proximos 5 anos/18410/> (acesso em 10/12/2014).

Michaelis da Língua Portuguesa, ativo quer dizer, entre outros significados, “que está sendo utilizado pelo sistema ou acessado por um programa”. Ou também “capital em circulação”¹⁸. As instituições e governos são um quadro separado, como se fossem independentes, localizadas entre a *natureza* e a *boa qualidade de vida*.

Segundo o documento, as instituições e os *sistemas de governança* afetam todos os elementos e atravessam os *ativos antropogênicos* que afetam diretamente a natureza. Por exemplo, o crescimento econômico e demográfico e os diferentes estilos de vida influenciam a quantidade de terra destinadas ao plantio de alimentos. O crescimento industrial baseado no carbono acabou por transformar o clima em escala mundial. As políticas de subsídios a fertilizantes sintéticos contribuíram para o aumento de substâncias nocivas aos ecossistemas de água doce e salgada, diminuindo seus serviços benéficos. Assim, influenciam acordos sociais destinados a enfrentar esse problema¹⁹.

O marco conceitual é a base para a aplicação das quatro funções da plataforma: geração de conhecimentos, avaliações, ferramentas para o apoio normativo e criação de capacidades. O marco conceitual ajudará a garantir coerência entre essas quatro funções. Segundo a figura 2 do documento, o marco conceitual está na mediação, junto com as atividades definidas pelos programas de trabalho da plataforma, entre os quadros *ciência e outros sistemas de conhecimento* e *normativas e tomadas de decisões*.

Em relação as avaliações,

serão avaliadas as implicações das mudanças nos benefícios da natureza para as pessoas junto com as mudanças no valor multidimensional desses benefícios. O marco conceitual incorpora todos os sistemas de conhecimento, crenças ou valores filosóficos e assegura a coerência entre as diferentes atividades de avaliação. Uma avaliação mundial deverá receber informações e contar com a direção de um conjunto de avaliações regionais, subregionais e um conjunto de questões temáticas auto-avaliadas sistematicamente dentro das avaliações regionais e subregionais. As atividades de avaliação (...) identificarão o que se conhece e o que não se conhece e determinará onde a geração de conhecimentos fortalecerá a interface entre ciência e políticas²⁰.

¹⁸ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ativo> (acesso em 10/12/14).

¹⁹ Marco Conceitual, Op. Cit.

²⁰ Idem.

O marco conceitual também servirá de apoio a criação de capacidades, fomentando a participação de diversos interessados na aplicação do programa de trabalho, aumentando o alcance direto da plataforma.

Considerações Finais

Com o IPBES procura-se articular biodiversidade, serviços ecossistêmicos e populações e assim construir conhecimentos que sirvam de auxílio a tomada de decisões políticas institucionais dos governos membros das Nações Unidas. Considera-se como avanço o reconhecimento de saberes indígenas e locais no processo decisório. Para isso, além de uma força-tarefa específica, criou-se um marco conceitual onde foram colocados lado a lado diferentes sistemas de conhecimento. De um lado o científico: *qualidade de vida, bem estar, diversidade biológica e ecossistemas, serviços ecossistêmicos...* de outro indígenas e locais: *mãe terra, harmonia com a mãe terra, sistemas de vida, oferendas da natureza...*

Em benefício da atualização do capitalismo, governar populações que habitam áreas com serviços ecossistêmicos ainda abundantes. Ao mesmo tempo cria-se um discurso que incorpora outros conhecimentos, fortalecendo princípios democráticos. Fortalece-se uma governamentalidade planetária ao fazer a interface definitiva entre diferentes culturas adequando modos de vida locais à sustentabilidade. Nesse sentido podemos ver uma clara relação com a noção de *bem viver*, que tem como procedência a cosmovisão indígena e, em alguns países da América Latina, como Bolívia e Equador, vem ganhando força no interior da política institucional como componente das práticas de governo do Estado.

O Equador, com sua grande população indígena, está servindo de laboratório para essa governamentalidade que incorpora conhecimentos e direitos indígenas nas políticas de Estado. Regenera-se, seja com o IPBES ou no Bem Viver Estado e capitalismo. O Bem Viver já é a consolidação dessa articulação entre Estado, capitalismo, conhecimento científico e populações indígenas, mas em âmbito nacional enquanto o IPBES procura desenvolver essa relação no âmbito internacional das nações unidas.

Bibliografia

Sites consultados

Adaptações da Biota Aquática da Amazônia: www.adapta.inpa.gov.br

Agência de notícias Fapesp: <http://agencia.fapesp.br>

Dicionário Michaelis Uol: <http://michaelis.uol.com.br>

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): www.inpa.gov.br

Intergovernmental Platform on Biodiversity & Ecosystem Services: www.ipbes.net/

Landcare Research – Manaaki Whenua: www.landcareresearch.co.nz